

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS EM PERNAMBUCO E A NECESSIDADE DE UM NOVO MODELO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

DANIELLE SIQUEIRA¹
ROMERO MARINHO DE MOURA²

¹Instituto Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, Pernambuco.

*²Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória (CAV),
Vitória de Santo Antão, Pernambuco.*

Os compêndios de antropologia mostram que a origem da agricultura é datada de, aproximadamente, dez mil anos. Por outro lado, os registros agronômicos revelam que no decorrer da sua evolução tecnológica, a agricultura passou por momentos distintos, com modificações técnico–produtivas, que foram incorporadas gradativamente, com o objetivo de atender a uma demanda por alimentos assustadoramente crescente. A primeira e talvez a mais importante das mudanças tenha sido a mecanização agrícola e a conseqüente substituição da mão de obra humana pela maquinaria gerando, como principal conseqüência, o êxodo rural com sérias implicações sociais. A segunda mudança ocorreu a partir de 1930, quando foi massificado o uso dos agroquímicos, em especial dos agrotóxicos. Intensificando o processo produtivo, ocorreu no Brasil, na década dos anos 50, o que foi denominado “revolução verde”, que gerou o discurso da “modernização da economia rural”, provocando modificações profundas nas práticas agrícolas, induzindo modernizações nas tecnológicas convencionais e nos processos de trabalho, o que levou à agricultura a tornar–se uma das mais importantes atividades econômicas do país, não apenas pela produção de alimentos, mas, também, pela geração de novos empregos no campo e dividendos com exportações.

O modelo produtivo agrícola brasileiro, dentro dessa nova concepção, deixou de ser fundamentado na agricultura familiar passando para um modelo dirigido à

¹ Instituto Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, Pernambuco.

² Professor do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) UFPE, Vitória de Santo Antão, PE. Titular da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica. E–mail: romeromoura@yahoo.com.br.

agroindústria e produtos para exportação, atividades bastante exigentes em altas produtividades, com excelências qualitativa e quantitativa. Para serem atingidas tais produtividades, ocorreram implantações de novas tecnologias de produção, em especial o uso mais intensivo dos agroquímicos, utilizados tanto no controle das doenças e pragas das lavouras, quanto para o estímulo do crescimento de plantas e frutos, gerando altos lucros. O impacto do aumento da produtividade repercutiu não só no aumento da produção agrícola nacional, gerando lucros inesperados mas, também, modificações nas condições de trabalho e saúde do homem de campo. É importante ser mencionado que a agricultura familiar no Brasil não perdeu a sua importância na produção de alimentos, pois se manteve até os dias de hoje como o principal segmento do setor agrícola supridor do mercado interno de alimentos no país.

Com a modernização da agricultura brasileira, os trabalhadores rurais de todos os segmentos produtivos, especialmente os que participam da agricultura familiar, ficaram cada vez mais expostos a riscos diversificados anteriormente desconhecidos. Conforme é bem sabido, a maior parte das atividades agrícolas é desenvolvida no campo, a céu aberto, sem controle direto das condições ambientais, o que traz sérios comprometimentos à saúde do trabalhador. Riscos físicos, a exemplo dos ruídos intensos, radiação solar sem proteção dermal, exposição às intempéries climáticas ou ainda acidentes com máquinas e equipamentos são ameaças reais e permanentes do dia-a-dia do trabalhador rural. A todos esses riscos, somam-se as posturas corporais inadequadas da rotina do trabalhador rural, provocando-lhes dores crônicas, conforme revelou recente pesquisa do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Finalmente, e ainda relacionados a esse quadro de riscos com os quais convivem os trabalhadores rurais, ocorrem as freqüentes exposições a poeiras orgânicas e inorgânicas, microrganismos patogênicos e suas toxinas, zoonoses, toxidez dos fertilizantes e dos derivados do petróleo em geral, frequentemente manuseados.

Agravando todo esse quadro, têm-se as contaminações por meio da utilização massiva e sem controle dos agrotóxicos nas lavouras, expondo os trabalhadores rurais a mais um risco de adoecimento. A exposição constante e prolongada a essas substâncias provocam-lhes uma série de danos à saúde, sendo o mais freqüente a inibição da enzima acetilcolinesterase, que induz o acúmulo da acetilcolina, um neuropropulsor funcional nas sinapses nervosas, desencadeando neuropatias periféricas tardias. Esse fenômeno é provocado por resíduos contaminantes ou contato

direto com os inseticidas e nematicidas organofosforados, um dos mais utilizados na agricultura brasileira. Pesquisas toxicológicas e dados da literatura médica têm demonstrado uma diversidade de sintomas de intoxicação por agrotóxicos, sendo os mais comuns as paralisias, tremores, convulsões, alterações no desenvolvimento fetal, abortos, alterações do sono, irritabilidade, fadiga crônica e vários tipos de câncer. Muitos pesquisadores também têm se preocupado com a alta incidência de suicídios entre os trabalhadores rurais e já existem estudos conclusivos de correlação entre casos assinalados e pessoas que manipulam essas substâncias.

A exposição dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos constitui grave problema de saúde pública, com as intoxicações crônicas e agudas ocorrendo durante a manipulação, armazenamento, transporte, venda, contato direto com a mão durante a aplicação do produto ou ainda por inalação. Outras vias de exposição também são determinantes na contaminação, como a exposição oral e ocular. Os trabalhadores responsáveis pela aplicação dos agrotóxicos estão expostos aos resíduos desses produtos, cujos riscos dependem da toxicidade do produto em humanos, condições materiais de trabalho e níveis de exposição. Outro aspecto a ser considerado é que os agrotóxicos, mesmo os considerados de baixa toxicidade, quando misturados com outros produtos, inseticidas ou fungicidas, por exemplo, a depender dos princípios ativos, pode resultar em compostos terciários, formados por reações químicas entre os mesmos, de efeitos sinérgicos em relação à toxidez, causando danos, muitas vezes irreversíveis à saúde humana. Por outro lado, essa mistura também pode resultar em um produto inerte para o controle do mal da lavoura, gerando prejuízos ao agricultor.

Em regiões de agricultura familiar é evidente a contaminação do ambiente de moradia, como a poeira domiciliar, solo, ar, água, alimentos e ainda por meio do reaproveitamento inadequado das embalagens dos produtos para uso doméstico, caracterizando a contaminação passiva. Esses fatos tornam-se mais graves na medida em que o agricultor nordestino é quase que totalmente desassistido pelo Estado. As contaminações por efeitos danosos dos agrotóxicos é consequência direta da precária assistência técnica recebida em relação ao manuseio correto desses agentes químicos, vindo às instruções geralmente de leigos. Como outro agravante, as práticas de venda desses insumos, na maioria das vezes, são feitas pelos próprios comerciantes e representantes de multinacionais, ambos em busca de lucros de venda. Finalmente, e igualmente importante, é a falta de clareza no que diz respeito às informações contidas nos rótulos e bulas, isto tudo associado aos baixos índices

de escolaridade observados no campo. Os trabalhadores rurais da agricultura familiar ainda convivem com a constante pressão de proprietários de terra ou arrendatários para a entrega de produtos aparentemente perfeitos, mesmo que, para isso, desconsiderem os períodos de carência e as indicações corretas de dosagem durante as aplicações. Pesquisas têm demonstrado a ausência de mecanismos de controle e fiscalização sobre a comercialização, venda e descarte de recipientes desses agentes químicos, por alta porcentagem de grandes e pequenos produtores. Tem sido verificado também que a orientação gerada pela pesquisa não chega ao pequeno produtor, que em sua grande maioria aplica os produtos agrotóxicos sem utilizar equipamentos de proteção individual (EPI). Paralelamente, são também vítimas, por desconhecerem a legislação pertinente quanto ao uso, proteção individual, ambiental e sobre as normas vigentes que regulam os descartes de embalagem. Tal fato se reflete em um incontrolável processo de poluição, que atinge todas as camadas sociais, colocando permanentemente em risco a saúde e qualidade de vida de trabalhadores rurais, suas famílias, consumidores e meio ambiente. A situação é gravíssima e exige providências imediatas das autoridades responsáveis.

No contexto atual da produção agrícola brasileira, o que se observa é o senso comum que o uso dos agrotóxicos é a melhor maneira de se garantir maiores produtividades e rendimentos financeiros. Apesar de grande parte dos trabalhadores rurais reconhecerem que “faz mal à saúde”, constata-se um distanciamento entre o “saber” e o “fazer”. Por estarem desassistidos, os trabalhadores rurais continuam no seu penoso distanciamento social das comunidades urbanas. Seu sofrimento diário reflete a dinâmica das comunidades rurais com suas carências diversas como dificuldade de acesso à educação, saneamento básico e serviços de saúde de qualidade, favorecendo ainda mais a vulnerabilidade desse valoroso grupo de trabalhadores cidadãos. Ainda neste panorama, observa-se o despreparo dos serviços e equipes de saúde para atendimento às enfermidades decorrentes das intoxicações pelo uso dos agrotóxicos. Os profissionais responsáveis dificilmente estão capacitados para identificar os efeitos dos agrotóxicos em humanos, o que contribui para ausência de um diagnóstico correto e a real notificação das enfermidades relacionadas com o uso dos mesmos. Sem o diagnóstico preciso, as enfermidades vinculadas ao uso de agrotóxicos não são evidenciadas, impedindo que programas preventivos específicos sejam desenvolvidos grupos sociais, a exemplo dos trabalhadores rurais.

A discussão gerada pela utilização dos agrotóxicos envolve dois pólos distintos: os que lucram com o comércio dessas substâncias, como as indústrias e comércios

multinacionais, e os que sofrem os impactos decorrentes do seu uso, como os pequenos produtores, trabalhadores rurais e a sociedade consumidora. Os agroquímicos representam uma das maiores atividades econômicas do planeta, movimentando bilhões de dólares anualmente. Alguns órgãos e instituições defendem um modelo agrícola produtivo que preconiza o uso desses produtos, modelo este que omite os efeitos nocivos ao meio ambiente e desconsideram danos que são evidenciados diariamente pelos pesquisadores e pelo cotidiano dos trabalhadores rurais. Por outro lado, um número menor de pesquisadores e instituições busca desenvolver e divulgar a chamada agricultura orgânica, ainda insipiente, chamando atenção para a produção de alimentos livre dos agrotóxicos, evidenciando os danos à saúde dos trabalhadores, consumidores e as contaminações ambientais.

Pelo o que foi aqui mencionado, fica evidente a necessidade de se pensar em mudanças urgentes para o atual modelo produtivo. A atual situação requer um modelo que considere a saúde do trabalhador rural, dos consumidores e a sustentabilidade dos recursos naturais. Para tal, faz-se necessário o envolvimento de órgãos públicos, políticas apropriadas assim como um estudo crítico do atual modelo, papel este que pode ser desempenhado pelas universidades. A agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, portanto, constitui-se em um dos mais importantes segmentos produtivos da sociedade brasileira. Este fato, entretanto, não é reconhecido pelas autoridades governamentais, haja vista a ausência no campo de um Serviço de Extensão Rural e de Assistência Técnica, praticamente desativados no Brasil, ou trabalhando com ineficiência, especialmente no Nordeste. A agricultura familiar é praticada por homens, mulheres e muitas vezes por crianças os quais, em trabalhos diários, de sol a sol, empenham-se na produção de hortaliças e outros produtos de baixa rentabilidade, sem nenhuma assistência e muitas vezes sem lucro financeiro. A predominância de uma baixa escolaridade, com alta taxa de analfabetismo, condições precárias de trabalho, por falta de equipamentos modernos e mais apropriados às suas tarefas, locais residenciais insalubres, alimentação deficiente, altas taxas de incidências de parasitoses e a ausência do Estado no campo, caracterizam o universo existencial dessas famílias. Diante dessa realidade, é fundamental que o desenvolvimento rural busque uma produção agrícola sustentável, a fim de que sejam priorizadas a saúde de agricultores e consumidores e a qualidade ambiental. Todos devem abraçar esta causa.